

4

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

REALIZADO A 27 DE MAIO DE 2016

ATA N.º 2

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e dezasseis, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha, em reunião ordinária.-----

Nesta reunião verificou-se a presença dos seguintes conselheiros:-----

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro - Presidente do Conselho de Ilha da Terceira, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória;-----

José Gabriel do Álamo Meneses – Vice-Presidente do Conselho de Ilha da Terceira, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo;-----

José António Sozinho Azevedo – 2º Secretário da Mesa, representante das associações agrícolas - AAIT;-----

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo;-----

António Toledo Alves, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

Ana Rita Meneses Branco, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

Luís Alberto Garcia Castro Pereira Costa, Presidente de JF, eleito entre todos os PJF da Ilha;-----

Arlindo Paulo de Freitas Teles, representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo;-----

Miguel Sousa, representante do Governo Regional-----

Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Meneses, representante das Associações Agrícolas - FRUTER;-----

António Pedro Inocêncio, representante dos sindicatos – CGTP – União Sindicatos AH;-

Paulo José Mendes Barcelos, representante das Associações Não Governamentais Ligadas à Área do Ambiente.-----

Raquel Gomes Caetano Ferreira, representante das Associações de Defesa da Igualdade de Género;-----

h

Artur da Câmara Machado, representante da Universidade dos Açores – Campus de Angra do Heroísmo;-----

Presença dos seguintes deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores:----

Luís Miguel Forjaz Rendeiro, deputado do PSD; -----

Ausências justificadas:-----

Sandro Rebelo Paim – 1º Secretário da Mesa, representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo;-----

Paulo Manuel da Silva Codorniz, Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória;-----

Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, representante da A.M. de Angra do Heroísmo; -----

Pércles Pereira Ortins, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

Rui Fernando Nobre de Castro, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

Norberto Francisco Ávila Messias, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

Maria Francisca Santos Toledo Gomes de Andrade, representante da A.M. da Praia da Vitória; -----

José Manuel Ferreira Pimentel Dias, representante dos Sindicatos – UGT;-----

Domingos Manuel Oliveira da Cunha, deputado do PS;-----

Cláudia Alexandra Cardoso Meneses da Costa, deputada do PS;-----

Ausências não justificadas:-----

João Luís Sanchez dos Santos, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

João Carlos Castro Tavares, Presidente da JF, eleito de entre todos os PJF da Ilha;-----

Carlos Armando Costa, Presidente de JF, eleito entre todos os PJF da Ilha;-----

Francisco Coelho, deputado do PS;-----

Artur Lima, deputado do CDS-PP.-----

António Toste Parreira, deputado do PS;-----

Nuno Miguel Aguiar Meneses, deputado do PS;-----

Maria da Graça Silveira, deputada do CDS-PP.-----

Berto Messias, deputado do PS;-----

Paulo Jorge Silva Ribeiro, deputado do PSD;-----

Maria Judite Gomes Parreira, deputada do PSD.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.ELEIÇÃO DA MESA DO CONSELHO DE ILHA (PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E DOIS SECRETÁRIOS), NOS TERMOS DO ARTIGO 9º DO DLR Nº 21/99/A, DE 10 DE JULHO DE 1999, ALTERADO E REPUBLICADO PELO DLR Nº 11/2005/A, DE 14 DE ABRIL DE 2015 E DO ARTIGO 6º DO REGIMENTO DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, fez uma explanação do ponto. -----

O Conselheiro Álamo Meneses usou da palavra e disse que basicamente a proposta era para reconfirmar a atual Mesa até ao fim do ano, mas que para cumprirem o que estava na lei, porque a eleição era anual, teriam que fazer uma votação daquela proposta, caso a mesma fosse aceite, e, depois, então voltariam a acertar os mandatos com os anos civis. Acrescentou que o corrente ano tinha acabado por ser anormal por causa da alteração da legislação, mas não fazia muito sentido estarem a fazer uma eleição naquele momento, para uma reunião, porque para acertarem o ano, em janeiro, voltariam a fazer outra eleição. Concluiu dizendo que aquela era a proposta. ---

O Conselheiro Sieuve de Meneses interveio e disse que, com certeza que a Mesa havia tido conhecimento de um ofício que a Fruter tinha enviado a alterar a composição das organizações da agricultura no Conselho de Ilha e que, tanto quanto sabia a Associação de Jovens Agricultores tinha feito o mesmo. Acrescentou que, como tinham feito aquela alteração, propunha que primeiro fosse analisada aquela situação, porque implicava com os membros da Mesa, e depois então se fizesse a votação, uma vez que a qualquer altura podiam representar, fazer representar, por quem considerassem que era mais importante para os representar.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, respondeu que confirmava a receção do ofício referido. Acrescentou que, na verdade, o Regimento permitia que numa reunião ou numa eleição, no âmbito das associações, aquela situação fosse esclarecida mas que a informação que tinha tido, do conselheiro José António, era de que nem tinha tido conhecimento de nada daquilo. Informou que o que estava previsto, em termos do Regimento, era que cada setor de atividade devia reunir todos

h

e votar, elegendo os representantes. Referiu que se isso não tinha acontecido, a reunião entre todos, aquela situação tinha caráter de nulidade. Acrescentou que tinha que haver uma ata demonstrativa da reunião entre todos, que não era cada um mandar os documentos. Disse que tinha de ser em conformidade com o que estava referido na legislação, tinha de haver uma sessão entre as várias organizações representativas de cada um dos setores, uma eleição e a partir daí é que era reportado ao Conselho de Ilha os seus representantes, mas não sabia se isso havia sido feito, porque não lhes tinha chegado nada. Informou que o que tinham recebido eram dois ofícios, que não tinha nada a opor, quaisquer que fossem as entidades, por si era indiferente aquela situação, mas que se não tinha havido o que estava referido no Decreto Legislativo Regional e a partir do momento que uma das partes dizia que isso não tinha acontecido, nem havia nenhuma ata que demonstrasse ter existido essa situação e confrontado com organizações que nem sequer tiveram conhecimento da mesma, achava que não era a forma adequada de se fazer e em segundo lugar, não dava qualquer sinal ao Conselho de Ilha de que as organizações indicadas tinham resultado de um sistema de votação ou eleição. Disse, ainda, que não podiam ser duas organizações, por sua autocriação, a escreverem para informarem que é que representavam o setor, mas que aquela situação era facilmente ultrapassável por eles, convocando uma reunião entre todas e duas delas serem votadas, porque, efetivamente, duas deviam representar o setor agrícola. Acrescentou que para os restantes membros do Conselho de Ilha era perfeitamente indiferente, desde que fosse indicado pelas organizações do setor, mas não lhe parecia ser correto as outras duas organizações, nomeadamente a Associação Agrícola e a BioAzorica, não terem conhecimento da situação em causa, ou, pelo menos, não constavam dos ofícios como tendo tido conhecimento da mesma.-----

O Conselheiro Sieuve de Meneses interveio e disse que a BioAzorica não tinha lugar ali, que aquilo era para as associações, que estava bem claro na legislação a quem é que se destinava, às associações. Acrescentou que a Fruter estava ali como associação que estava devidamente legalizada, pelo que eram obrigados a apresentar todos os documentos de eleições, entre outros, precisamente para serem reconhecidos. Repetiu que quem era chamado para ali eram as associações, única e exclusivamente, caso contrário a Unicol também podia estar como união de cooperativas. Disse que

tinham que separar as águas e que aquela era a primeira questão. Como segunda questão disse que a legislação não referia quando nem como tinham que se reunir, que o que dizia era que entre as associações das Câmaras de Comércio ou dos sindicatos ou das IPSS's ou da agricultura, tinham que determinar, de entre elas, por quem se faziam representar. Informou que, naquele momento, faziam-se representar por aquelas duas entidades, porque o haviam considerado assim. Acrescentou que até agora se havia considerado que a Associação Agrícola devia estar no Conselho de Ilha, que tinha estado pelo seu pleno direito, assim como tinha estado a Fruter, os Jovens Agricultores e a Associação Agrícola da Ilha Terceira. Informou que tinham decidido entre dois, que eram os dois que representavam, o terceiro, por mais que quisesse a legislação não era clara a dizer que tinha que ter uma ata, nem que tinha que ter o dia de eleição, nada disso estava na legislação do Conselho de Ilha. Concluiu dizendo que os dois que estavam ali agora, devidamente indicados para representar o setor agrícola, eram aqueles que tinham o direito de estar ali.-----

O Conselheiro José António de Azevedo usou da palavra e disse que nem sequer queria acreditar que estava a assistir aquilo. Disse que, sinceramente, às vezes acontecia coisas daquelas na ilha Terceira e no lugar de serem unidos estavam divididos, se os dois tinham entendido votar, os dois escolhiam qual deles ficavam. Informou que não tinha tido conhecimento, que aquilo era feito nas costas das pessoas, era de uma discrepância total e de uma falta de credibilidade de quem o estava a fazer.-----

O Conselheiro Ricardo Barros interrompeu e disse que não podia duas associações, se havia outras, reunirem a dizer que eram os representantes, se a Associação Agrícola não tinha tido conhecimento prévio, anulava aquela decisão, era óbvio, claríssimo. Concluiu dizendo que todas as associações tinham que ser convocadas para a mesma reunião e decidirem em conjunto, não podia ficar uma de fora.-----

O Conselheiro Sieuve de Meneses usou da palavra e disse que a qualquer altura podiam mudar os representantes, porque não havia nada na regulamentação que dissesse que não.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, interveio e disse que o problema que colocava não eram os representantes, mas que não lhe parecia que houvesse legislação nenhuma que dissesse que as associações de um determinado setor, fossem

h.

elas quantas fossem, que apenas duas ou três, por sua autocriação, fizessem chegar um documento sem haver a mínima prova de terem reunido e terem feito aquela eleição/escolha. Acrescentou que, para ele, aquela questão não só batia e rebatia em questões de ética de primeiro nível, como transformava numa situação nula aquilo que lhes havia chegado. Disse que a partir do momento em que havia uma reunião, o resultado final poderia ser exatamente aquele que o Conselheiro Sieuve referia, mas que não podia era ser sem o mínimo de auscultação e participação das outras associações. Referiu que a Mesa tinha toda a legitimidade de não aceitar que duas dissessem que é que representavam, sem as restantes terem estado e terem votado. Disse pensar que aquilo era uma questão básica de um princípio democrático, fosse ele qual fosse, e quando a própria legislação dizia que competia às associações representativas do setor a, b, ou c indicarem os seus representantes, não era fazerem golpes nas costas de quem quer que fosse. Acrescentou que marcassem um dia, uma reunião e, a partir daí, legitimamente se eram três e se havia dois que queriam que fosse a ou b, que ficasse esse desfecho feito, mas que não lhe parecia, e que lhe desculpassem a franqueza, que tivesse qualquer sentido o que lhes havia chegado naquela reunião, que fizessem aquilo e, no entretanto, na próxima reunião do Conselho de Ilha ficava certinho. Disse que o que não podia era chegar ali uma associação representativa, que fazia parte daquele Órgão, inclusivamente da Mesa, e dizer que não tinha conhecimento, que aquilo não lhe parecia bem, independentemente de já ter acontecido o mesmo à Fruter em outros tempos, ou seja, não o ia fazer porque pelo facto de se ter feito uma coisa mal para trás, achava que não lhes dava legitimidade de o fazer o resto da vida, fazer aos outros aquilo que tinham ficado ofendidos de lhes terem feito. Concluiu dizendo que o Sr. Anselmo estava ali, estava de fora mas que o gostava de ouvir sobre aquela situação e que havia questões de ética e de princípios que tinham que prevalecer em relação a outros. -----

O Conselheiro José António de Azevedo dirigiu-se ao Sr. Anselmo e disse que achava que devia ter uma palavra de defesa. Disse que falavam tantas vezes, pelo que não tinha custado nada este ter pegado no telefone para combinarem se reunir, juntamente com as restantes associações, de forma a discutirem aquele assunto, antes do mesmo ser presente naquele plenário. -----

Houve uma intervenção, mas a mesma não foi alvo de gravação. -----

h.

O Conselheiro José António de Azevedo continuou a sua intervenção e disse que se calhar não tinham a representação correta, ou seja, talvez devem-se ser as duas associações agrícolas, que era quem tinha o maior número de associados, que deviam estar ali representadas, que se calhar o princípio deveria ser aquele. Acrescentou que a maneira como havia sido feito, mostrava a forma de trabalhar de algumas pessoas, nas costas e não claramente. Concluiu dizendo que, por sua vez, resolvia as coisas olhos nos olhos e com clareza, não daquela forma.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, interveio e agradeceu ao Sr. Anselmo a compreensão perante aquela situação. -----

Houve uma intervenção, mas a mesma não foi alvo de gravação. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, questionou se o interveniente aceitava, perante o Conselho de Ilha, que fosse marcada uma reunião de forma a ser resolver o problema em causa.-----

Houve uma intervenção, mas a mesma não foi alvo de gravação. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, agradeceu e disse que a Mesa ia ver juridicamente e comunicar em termos de enquadramento. Acrescentou que ficavam com aquela responsabilidade e que durante a próxima semana iam fazer chegar, a cada um dos conselheiros, quais eram, em termos legais, os representantes e, a partir dali, parte da iniciativa, ou de um ou de todos, marcarem a reunião, elegerem e no decurso fazerem chegar à Mesa. -----

O Deputado Luís Rendeiro usou da palavra e disse que podia acontecer com todas aquelas que eram contempladas com o novo Regime Jurídico, pelo que julgava que naquele momento passava pela Mesa orientar as associações e os setores de modo a que eles se organizassem e escolhessem os seus representantes, de forma que aquele debate não fosse feito ali, mas sim em sede própria, em cada um dos setores que tinha que fazer aquela escolha.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, retomou a palavra e disse que, tirando aquela situação, o ponto um da Ordem de Trabalhos era a eleição, nas circunstâncias referidas. -----

O Deputado Luís Rendeiro disse que tendo em conta a situação, julgava não estarem reunidas as condições para se fazer a eleição.-----

h

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, informou que era obrigatório, legalmente tinha de a fazer, não ia deixar de cumprir a lei por causa disso, pelo que ia ter de a fazer com os membros que ali estavam, que estavam a representar. -----

O **Deputado Luís Rendeiro** interrompeu e questionou se o ia fazer independentemente de estarem legalmente a representar o setor ou não. -----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, respondeu que estavam a representar porque não tinha havido... -----

O **Deputado Luís Rendeiro** disse que só estava a colocar a pergunta. -----

O **Conselheiro Álvaro Meneses** interrompeu e disse que a resposta era fácil. Disse que independentemente do que tinha acontecido e o que deveria ter acontecido, e aquelas considerações já haviam sido bastamente feitas, não valia a pena voltar às mesmas, tinham um Conselho de Ilha que estava devidamente instalado, não tinha havido, na altura da sua instalação, nenhuma manifestação em como as coisas estavam em contrário, pelo que não era porque naquela altura alguém achava que não estava que o Conselho deixava de estar devidamente instalado. Posto isso, disse que achava que deviam prosseguir com a votação, até porque aquela Mesa tinha apenas mais uma reunião, em Setembro. Concluiu dizendo que em janeiro, aquando da eleição para o ano, ou seja, quando se repusesse a periodicidade normal de eleições, a matéria ficaria devidamente esclarecida. -----

O **Deputado Luís Rendeiro** usou da palavra e disse que ia fazer um cenário hipotético. Sugeriu que imaginassem que era eleito para a Mesa um representante de uma associação do setor agrícola que deixava de ser o representante do mesmo na próxima reunião do Conselho de Ilha. Acrescentou que era só para que ficasse esclarecido, que era a eterna questão de quem é que estava eleito, se a pessoa se a organização. -----

Houve uma intervenção, mas a mesma não foi alvo de gravação. -----

O **Deputado Luís Rendeiro** respondeu que, sendo daquela forma, estava esclarecido.---

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, interveio e dirigiu-se a quem havia chegado mais tarde, dizendo que a Mesa que estava a ser proposta era a que se mantinha, ou seja, Presidente – Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro; Vice-presidente - José Gabriel do Álvaro Meneses; 1º Secretário - em representação da Câmara do Comercio, Sandro Rebelo Paim; 2º Secretário - José António Sozinho Azevedo, em representação da Associação Agrícola da ilha Terceira. -----

Submetida à votação, a lista, foi aprovada por maioria com catorze votos a favor e um voto contra. -----

2.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE OUTUBRO DE 2015. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, colocou a ata à discussão e como não houve nada a propor nem qualquer ajustamento, colocou a mesma à votação. -----

Submetida à votação, a ata, foi aprovada por maioria com duas abstenções. -----

3.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015. - -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, colocou a ata à discussão e esclareceu que aquela reunião não tinha tido que ver com a TAP nem com a SATA, que essas questões estavam no ponto cinco da Ordem de Trabalhos. -----

O Conselheiro Sieuve de Meneses usou da palavra e disse que não estava ali referido e que valia o que valia, era que o Sr. Sandro Paim tinha sido designado pela Mesa para falar sobre os transportes, sendo que o mesmo havia delegado em si falar sobre o assunto, em nome da Câmara do Comércio. Acrescentou que também achava que não era muito relevante, mas que de qualquer maneira, aquilo que ele tinha dito lá era o que já dizia há dez ou doze anos e continuavam no mesmo. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, colocou a ata à votação. -----

Submetida à votação, a ata, foi aprovada por maioria com duas abstenções. -----

4.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE JANEIRO DE 2016. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, colocou a ata à discussão e como não houve nada a propor nem qualquer ajustamento, colocou a mesma à votação. -----

Submetida à votação, a ata, foi aprovada por maioria com uma abstenção. -----

(o conselheiro não se identificou) interveio para colocar uma questão relacionada com as atas, ou seja, disse que com a nova legislação, achava que a pessoa não estando presente, não era necessário se abster, porque fazia a diferença. -----

(o conselheiro não se identificou) questionou se contava para a votação. -----

(o conselheiro não se identificou) respondeu que contava para a votação. -----

h

(o conselheiro não se identificou) interveio e concluiu que, então, numa reunião onde haviam estado dez pessoas, elaborou-se a ata da mesma e na reunião seguinte estão presentes cinquenta pessoas, seriam essas cinquenta a votarem a referida ata.-----

(o conselheiro não se identificou) respondeu que era sempre em relação ao número de pessoas daquela reunião, daí haver uma chamada no início.-----

(o conselheiro não se identificou) disse que cinquenta pessoas aprovavam uma ata, onde haviam estado presente dez.-----

(o conselheiro não se identificou) interveio e disse que já estava como o Deputado Luís Rendeiro, ou seja, era só para se informar.-----

(a conselheira não se identificou) usou da palavra e disse que se havia absterido porque não havia estado presente, sendo que não tinha nada contra o que estava na ata.-----

Houve uma intervenção, mas a mesma não foi alvo de gravação.-----

O Conselheiro Álamo de Meneses usou da palavra e disse que cada um votaria conforme bem quisesse, sendo que o normal era abster-se.-----

O Conselheiro José António de Azevedo usou da palavra e disse que quem estava na reunião tinha oportunidade de participar na ata, mas todos tinham conhecimento que as atas eram distribuídas *online* a todos os conselheiros, pelo que, automaticamente, quando a pessoa estava a votar, tinha conhecimento da mesma.-----

(o conselheiro não se identificou) interveio e disse que a ata havia sido votada por unanimidade, pelo que esta unanimidade era referente às pessoas que tinham votado, ou seja, que tinham estado envolvidas naquele assunto, ao quórum estabelecido na reunião.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, interveio e disse que não sabia se os conselheiros tinham noção de que era sexta-feira e não segunda.-----

O Conselheiro Sieuve de Meneses usou da palavra e informou que, naquele momento, tinha estado envolvido em reuniões que implicavam atas para o Banco de Portugal, pelo que o que dizia era que a legislação recente referia que quem aprovava a ata era o quórum que a tinha feito, ou seja, ela tinha que ser aprovada em minuta assim que acabasse a reunião, porque depois podia acontecer não estar ninguém presente, daqueles que haviam assistido. No entanto, disse que nunca ninguém havia ficado condicionado a não aprovar a ata porque não estava presente, porque se a pessoa tivesse conhecimento da ata e da ordem de trabalhos e se tudo o que lá estivesse

4

mencionado, estivesse de acordo com aquilo que pensava, podia estar ali, sem ter estada na reunião, e votar a favor. Concluiu dizendo que o que referia era aquilo, mas no fim de um Conselho de Ilha terem que estar a aprovar era complicado. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, informou que aprovavam em minuta quando se tratava, por exemplo, da emissão de um parecer para o Orçamento. Acrescentou que nas reuniões da Assembleia Municipal aprovavam sempre em minuta, mas estavam a falar num conjunto de decisões que permitiam à Câmara pôr em prática antes da Assembleia Municipal seguinte. -----

(o conselheiro não se identificou) interveio e disse que podia acontecer, aquando da mudança do Conselho de Ilha, por ventura a maioria, ou quase todos, fazerem parte do próximo Conselho de Ilha, a última ata não ser aprovada porque ninguém estava presente, pelo que achava que a questão que o Conselheiro António estava a ressaltar seria naquele intuito. Acrescentou que, se calhar, tinham que pensar naquelas situações, ou seja, quando a maioria dos membros presentes não fosse os que estavam na anterior, corria-se o risco de ninguém aprovar a ata, ficando esta sem efeito por não aprovação. -----

5. INFORMAÇÃO DOS RESULTADOS DA REUNIÃO ENTRE A MESA DO CONSELHO DE ILHA E O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TAP. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, usou da palavra e disse que, em primeiro lugar, queria informar o Conselho de Ilha relativamente à reunião em causa. Disse que tinha estado presente toda a Mesa do Conselho de Ilha, sendo que o Conselheiro Álamo se tinha feito representar por um vereador, e a TAP, que também se havia feito representar ao mais alto nível, nomeadamente fazendo deslocar um dos seus administradores dos Estados Unidos. Referiu que ela tinha ocorrido no dia seis de abril e que ia partilhar com os conselheiros os tópicos das notas que tinha tomado. De seguida disse que tinha sido uma reunião de duas horas e tal, em que tinha havido toda a abertura para respostas. Informou, ainda, que a TAP tinha quatro representantes, ou seja, o administrador, que tinha vindo dos Estados Unidos e era já do acionista privado, dois diretores, vindos do continente português, nomeadamente de Lisboa, da estrutura conservadora da TAP e a D. Alda, delegada da TAP que, obviamente se havia posto numa situação de pouca intervenção perante o que se

W

passava. Disse que a precessão com que tinha ficado, tinha sido a de que a perspetiva do acionista privado, do administrador que tinha estado presente, era claramente favorável do que se estivessem única e simplesmente dependentes da postura da componente conservadora e direção da TAP, ou seja, se dependessem meramente de Lisboa, estariam muito piores do que naquela perspetiva. De seguida, disse que a primeira situação a ser discutida tinha sido os cancelamentos. Disse que a TAP tinha regras de cobertura, ou seja, nos voos para a Europa os limites de cancelamento variavam entre os cinquenta e os sessenta por cento e, relativamente à Terceira estavam a aplicar quarenta por cento, pelo que tinha sido dito que tinham uma situação de exceção relativamente à matéria referida. Informou que outro aspeto referido tinha sido o de que a TAP se sentia prejudicada, relativamente a SATA, nos reencaminhamentos, o que lhes colocava dificuldades acrescidas na organização de pacotes. Disse que entendiam que aquela matéria tinha de ser vista, ou seja, no âmbito de um sistema liberalizado, que assentava numa filosofia de reencaminhamentos, aquilo tinha muita influência no movimento, não só das pessoas vindas do continente, mas depois da chegada destas às outras ilhas. Acrescentou achar que aquela era uma matéria que tinha que ser aprofundada de alguma forma, que tinha que haver alguma razoabilidade na mesma. Referiu que a Mesa entendia que deveria colocar a questão à tutela, no sentido de se aferir, porque se efetivamente havia um administrador do grupo TAP que dizia que se sentiam prejudicados, relativamente a SATA, era preciso dizer como é que aquilo acontecia, onde é que acontecia e, eventualmente, até haver depois uma ligação entre a tutela. Informou que também havia sido dito que a TAP estaria disponível para promover a Terceira em mercados internacionais, com tarifas promocionais que já estavam a cair e que entendiam que a ATA, à semelhança do que fazia relativamente à promoção e ao marketing daquelas tarifas promocionais noutros mercados, devia olhar e trabalhar em conjunto com a TAP, da mesma forma como trabalhava com a SATA. Disse que o que também havia sido apontado, e que tinha custado a ouvir, por um dos representantes de Lisboa, tinha sido exatamente a frase que tinha transcrito, ou seja, "*a Terceira não existe como produto turístico próprio*". Acrescentou que também havia sido referido que estavam disponíveis para avaliar o voo semanal Boston/Terceira e que tinham ficado de reunir com algumas entidades, nomeadamente na Califórnia, para avaliarem

a questão e entendiam que, em termos macros, a estratégia de promoção da Terceira devia apostar na natureza e na segurança. Disse que tinha tocado no aspeto relacionado com a carga, tendo em conta o que haviam dito, e tinha ficado um bocado mal naquela situação, porque o que lhe havia sido na altura era que o preço que era inferior era um preço subsidiado. Acrescentou que a questão colocada tinha sido a de que tinha havido um aumento, e isso tinha sido referido no Conselho e, na qualidade de Presidente, tinha tomado nota e levado o assunto. Informou que o que tinha sido dito era que o preço, e que era um preço subsidiado só para um determinado setor, não era para toda a carga aérea, naquele caso concreto as Próteas tinham uma situação particular de exceção, subsidiação no preço do metro cubico na carga aérea, que não se aplicava aos restantes setores e que o valor base entre aquele que existia atualmente e o que existia anteriormente, o atual era inferior. Mencionou que aquela era uma matéria relevante, pelo que precisava de informações e, depois daquela reunião, pedia que lhe fizessem chegar alguma informação documental no sentido daquilo poder ser tirada a limpo. Concluiu, ainda sobre a matéria em causa, resumindo que o que havia sido dito era que não tinha havido aumento nenhum no preço da carga, que o que havia era, relativamente às Próteas, uma subsidiação ao preço, relativamente ao preço base, exclusivamente relativamente às Próteas, não relativamente aos outros, porque se aquele apanhado fosse feito relativamente aos outros setores de atividades, isso iria confirmar que o preço tinha baixado em relação ao metro cubico da carga aérea, que só relativamente às próteas o preço pago atualmente era superior ao preço que era pago anteriormente, mas era porque havia uma subsidiação, que após o início do sistema liberalizado tinha deixado de existir.-----

O Conselheiro José António de Azevedo usou da palavra e acrescentou que também tinham mostrado abertura para alguns voos *charters*, para alguns destinos que fossem de interesse para a ilha, ou mesmo das agências de turismo, desde que houvesse viabilidade para a criação de rotas desses mesmos voos. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, disse que aquela matéria tinha ficado a cargo do Conselheiro Sandro, ou seja, reunir com as agências e com os operadores no sentido de escolher alguns destinos que interessassem. Acrescentou que eles tinham dito que lhes informassem de quais eram os mercadores que queriam, de forma a poderem organizar algumas operações e preparem a sua estrutura.

h

Concluiu, acrescentando que eles também haviam dito que solicitassem, a nível das entidades, que a ATA se chegasse à frente daquela matéria, no apoio à promoção das operações nos novos mercados.-----

O Conselheiro Sieuve de Meneses interveio e disse que o anterior preço que tinham, tinha sido fruto de uma negociação entre ele e o Sr. Costa, que era o responsável pela TAP. Acrescentou que havia um preço IATA de carga, que era esse preço que as companhias negociaram entre si e que funcionava na Europa e, na altura, por influência do Sr. Costa, tinham passado a pagar noventa cêntimos, que um ano ou dois depois tinha aumentado para noventa e cinco, o quilograma volume. Disse que tinha sido aquilo o praticado sempre, só que, sinceramente, e dizia-o em qualquer Mesa, a D. Alda nunca tinha gostado que se tivesse deslocado a Lisboa porque ela era quem controlava os preços na ilha. Referiu que faziam umas pequenas diferenças, mas que nunca chegava àquilo que chegou. Disse que, recentemente havia uma pessoa, que não tinha autorização de usar o nome dela, nem o ia usar, que tinha sido informada pela D. Alda, de que não tinha havido aumento nenhum, sendo que o que era certo era que tinha aumentado de noventa e cinco cêntimos para um euro e vinte e um, ou um euro e vinte e oito, ou um euro e trinta e cinco, dependendo da quantidade. Informou que tinha aqueles dados e que depois os faria chegar. Acrescentou, ainda, que não tinha havido subsidiação, mas sim um entendimento empresarial, em que a empresa TAP chegou a um acordo com o representante da empresa Fruter, sendo que não tinha sido assinado nada, tal como não havia documentação da subsidiação. Mencionou que o aumento tinha sido de cerca de vinte e oito a trinta e dois por cento, consoante as cargas e as quantidades. Disse que para um cliente, que na campanha anterior havia exportado quarenta toneladas de flores de avião, não era tratar bem este cliente, ou seja, aumentar sem dizer nada ao cliente, apenas que a partir daquele momento passava a ser daquela forma. Confessou que isso é lhe tinha custado ouvir, porque havia intermediários que não eram tão corretos como queriam que fossem e aquela intermediação não tinha sido a melhor. Repetiu que ia fazer chegar os documentos, da altura em que era noventa cêntimos, da altura que passou a ser noventa e cinco e da atual, que com a liberalização disseram que tinham que aumentar porque os custos eram superiores nos aviões mais pequenos.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, interveio e disse que ficava registado e pediu que lhes fizesse chegar a informação, porque tinham colocado a questão mas nenhum dos membros da Mesa estava por dentro dos meandros, nem dos detalhes daquela operação, de forma a ser tramitado e questionado acerca do que havia sido dito. -----

O Conselheiro Sieuve de Meneses usou da palavra e disse que, só para perceberem, era para estar numa reunião no Aeroporto, que tinha sido marcada pelo Sr. Diretor Regional dos Transportes e que já era a terceira reunião que marcavam para o Aeroporto. Acrescentou que não ia representar a Fruter, mas sim a Câmara do Comércio, pelo que achava que não se tratava tao bem como isso as instituições da Terceira e, por vezes, minimizava-se de mais a importância que elas tinham no processo negocial a todos os níveis. -----

O Deputado Luís Rendeiro interveio e disse que lamentava o facto da reunião com o pessoal da TAP ter acontecido numa versão reduzida, e não ter acontecido na versão inicialmente proposta, ou seja, na presença das pessoas do Conselho de Ilha. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, interrompeu e informou que tinha sido uma exigência da TAP. -----

O Deputado Luís Rendeiro retomou a sua intervenção e disse que, sabendo que tinha sido exigência da TAP, mas se exemplo melhor não bastasse ali estava, as pessoas da Mesa não tinham obrigação de serem conhecedoras profundas de todas as áreas e ali estava um exemplo de que poderia ter sido tratado de outra forma, se a reunião tivesse decorrido em modo alargado. Acrescentou que se lamentava, que sabia que tinha sido exigência da TAP mas, de futuro, se pudesse haver novas reuniões em modo alargado seria bom porque havia um outro amplo conjunto de questões que poderiam ser postas e, porque não, algumas delas de conteúdo político um pouco diferente daquilo que teria sido levado na última reunião. Depois, disse que não tinha sido ali referido quanto ao cancelamento de voos, que o que tinha sido referido era o cancelamento abaixo de quarenta por cento de ocupação, não sendo mencionado o porquê de não se terem feito campanhas extraordinárias, com passagens mais baratas, que era o que a maioria das companhias aéreas fazia nos dias e nos voos com taxa de ocupação extraordinariamente baixa. Disse que a TAP havia referido que estava prejudicada em relação à SATA nos reencaminhamentos, mas que, se calhar, estava na

h.

altura de se começar a perguntar à TAP, tendo em conta o novo modelo de administração e de exploração da TAP, tendo em conta a nova frota da TAP que já incluía aviões ATR, que também haviam sido equacionados como aviões possíveis ou até se calhar ainda mais adequados que os atuais aviões que a SATA dispunha para ligação inter-ilhas, porque não a TAP concorrer, no concurso público internacional, para a ligação entre as ilhas dos Açores. Acrescentou que a SATA tem concorrido sozinha nas ligações inter-ilhas, pelo que se questionava se a TAP iria, um dia mais tarde, estar interessada nas ligações inter-ilhas dos Açores, se iria impugnar pela liberalização de algumas rotas inter-ilhas, nomeadamente a rota mais lucrativa Terceira/São Miguel, ou seja, eram tudo questões que podiam, ou não, ser colocadas, tendo em conta que a TAP tinha, naquele momento, aeronaves que já permitiam fazer aquele tipo de operações. Acrescentou que, relativamente à questão que havia sido levantada acerca da ATA trabalhar da mesma forma com a TAP, em relação àquilo que trabalhava com a SATA, achava mais, ou seja, achava que a ATA devia trabalhar muito melhor com o destino Terceira e não apenas com os seus associados, muitos deles operando na Terceira mas com interesses muito maiores noutras ilhas que não a Terceira, porque se fossem a ver quem eram os associados da ATA que estavam presentes na Terceira, iam perceber algumas coisas que faziam com a Terceira estivesse a ser trabalhada e negociada num plano inferior ao da ilha de São Miguel, por exemplo. Relativamente à Terceira não existir como produto turístico próprio, disse que já o havia mencionado umas quantas vezes, tanto ali como nas assembleias municipais em Angra. Acrescentou que a realidade batia a todos no nariz, não era nenhuma graça e não era por sua causa certamente, mas sim por causa de quem estava no poder, que não fazia o trabalho que devia fazer. Disse que não tinha sido referida outra questão muito importante, ou seja, disse que se falava sempre nos voos de Boston, mas que a comunidade emigrada Terceirense, a maioria, não estava em Boston, que Califórnia, Los Angeles, São Francisco, aquela zona era a que interessava mais à Terceira, a costa leste interessava também mas enquanto não tinham outro remédio, interessava mais a outro destino que não a Terceira. De seguida, disse que a questão, para si mais importante, era o serviço regular da TAP ou da SATA, naquele caso da TAP, no futuro, isto porque, há pouco tempo tinham tido a visita do Primeiro-Ministro e do Governador à Terceira, mais uma vez, foi garantido o início da operação low-

cost para a rota da Terceira, sendo que esta, curiosamente, não constava de nenhuma das páginas de nenhuma das companhias aéreas *low-cost* que operavam para os Açores. Acrescentou que ela tinha sido anunciada para o próximo inverno IATA, pelo que, sabendo que essas companhias nunca iniciavam operações sem começarem a vender bilhetes com uma antecedência bastante grande, o facto de a rota ter sido anunciada para o inverno IATA dois mil e dezassete e de não haver referencia nenhuma das *low-cost*, conhecidas e que já operavam nos Açores, dessa rota, nenhum bilhete à venda, nenhuma referencia, fosse ela qual fosse, da Terceira nos seus sites era preocupante, mas era mais preocupante não saberem como se iam comportar as companhias aéreas, que faziam operação regular, no dia que as *low-cost* viessem, porque sabiam que a TAP tinha deixado de voar para as rotas que não lhes interessavam, ou seja, será que iriam continuar a voar para a Terceira. Relativamente às cargas, disse que todos sabiam da existência de um concurso público para cargas e para a rota da Terceira, bem como que nos moldes em que tinha sido lançado não tinha tido interessados e aí a responsabilidade, se calhar, não era das companhias aéreas, mas sim do modelo do concurso público que tinha sido lançado. Referiu que todas aquelas questões lhe pareciam que eram questões muito importantes que tivessem sido colocadas e que naquele dia estivessem a discutir a resposta da TAP. Repetiu que o facto de essa reunião ter ocorrido em modelo reduzido e não ter havido ninguém das oposições políticas a dar um outro tipo de contributos e de questões, que julgava que teria sido importante naquele caso, continuavam com as perguntas por fazer, com as respostas por dar e estavam ali a discutir um conjunto de coisas importantes, que não deixavam de ser importantes, faltava era as outras todas que também eram importantes.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, usou da palavra e disse que havia duas ou três questões que lhe competia esclarecer. A primeira era relativamente aos mercados de destino, ou seja, disse que não só havia sido referida e abordada a questão do mercado da Califórnia, como também, através da perspectiva que a TAP tinha tido de dizer que lhes indicassem quais eram os destinos preferenciais, aquela perspectiva estava claramente aberta. A segunda questão, que não havia referido inicialmente mas que tinha sido bem referida na reunião, foi a de que perante um cenário de entrada de *low-cost*, qual seria a perspectiva da TAP, sendo que o

h

administrador, o americano, tinha deixado de forma clara que a TAP não sairia da Terceira, ao contrário daquela que era a vontade das estruturas da TAP de Lisboa. Informou que outra questão que tinham referido tinha sido a da importância que a Terceira e os Terceirenses atribuíam a um voo na segunda de manhã. Acrescentou que a TAP estava prestes a responder ao pedido em causa e que, muito provavelmente, em junho passariam a ter um voo na segunda da manhã. Referiu que havia questões que tinham que perceber todos, ou seja, tinham que perceber o que queriam em relação à Terceira, se queriam entrar nas batalhas da liberalização e se sujeitar a determinado tipo de consequências, ou decidiam, de uma vez por todas, que não tinham pernas para andar numa perspectiva de liberalização e queriam um serviço regulado igual ao que existia nos outros aeroportos. Mencionou que o meio-termo era a situação adequada para a Terceira, ou seja, disse que tinham algumas condições que lhes interessavam na perspectiva da liberalização, mas queriam alguma componente de regulação ou fixação de determinadas condições, porque o que havia ficado visto, de forma clara, era que o sistema de liberalização pura aplicada à Terceira prejudicava a mesma. Acrescentou que o sistema de liberalização puro era as companhias privadas a fazerem aquilo que lhes interessava e não aquilo que era do interesse da Terceira, que se colocavam sempre numa perspectiva de reivindicar, como quando reivindicavam ao Governo Regional determinadas componentes de serviço público, sendo que isso não se aplicava àquele sistema. -----

O **Conselheiro Artur Machado** interveio e disse que tinha uma questão, provavelmente por ignorância total, mas em relação aos preços de carga, disse que estavam a falar de passageiros mas achava que também seria extremamente importante ter uma situação clara para a carga. Acrescentou que, pelos vistos, o subsídio que existia não tinha passado de um entendimento entre duas empresas, em que uma delas tinha conseguido um preço melhor do que o preço de tabela, mas em relação aos outros produtos que poderiam exportar por avião, questionou como é que estava a situação e quais eram as perspectivas, ou seja, se havia vontade, abertura da TAP de fazer alguma margem de negociação. Disse que pelos vistos existia, pois se duas empresas tinham conseguido chegar a entendimento para um produto, devia haver outras também, pelo que questionou em que ponto isso estava, se havia ou não abertura da TAP e se era, pura e simplesmente, por preço de tabela.-----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, respondeu que tinha sido uma reunião que os tinha deixado, basicamente, numa situação de precessão difícil, porque tinha entendido, claramente, a existência de duas perspetivas de TAP, uma perspetiva totalmente conservadora, que vinha de Lisboa e a perspetiva de uma nova administração, que tinha um conceito privado, aberto e de parcerias. Confessou que achava que qualquer Mesa do Conselho de Ilha, fosse ela qual fosse, tinha ficado com a porta aberta no sentido dos dossiês serem bem trabalhados, bem pensados e servirem, no fundo, para abrir a porta do contacto de determinados setores de atividades que pudessem reunir. Acrescentou que se aquele contacto fosse feito, via a componente conservadora de Lisboa, poderia ser muito difícil ser feito. Concluiu dizendo que dentro da própria TAP havia divergências, com aquela cultura conservadora e prepotente, ou seja, aquela cultura de monopólio, e ainda havia muita gente em altos cargos de direção, nomeadamente em Lisboa, com aquele tipo de perspetiva, sendo que dois deles tinham estado sentados na mesa naquele dia, de forma clara e inequívoca. Disse, ainda, que o próximo passo era organizar-se, minimamente, em termos de setores e contactando a Mesa do Conselho de Ilha, pois funcionavam como facilitados de organizarem a reunião... -----

O **Conselheiro Artur Machado** interrompeu e questionou se era para individualizar por setores ou se não achavam que aquele seria o momento para que vários setores fizessem aquele trabalho. -----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, respondeu que aquilo poderia ser feito e acrescentou que a Mesa do Conselho de Ilha não era governo de ilha. -----

O **Conselheiro Artur Machado** interrompeu novamente e disse que a ideia era ser o dinamizador, visto que tinham tido aquela reunião, de certa forma, privilegiada. Acrescentou que o que via, segundo o que tinha percebido, eram operações charters, defini-las em conjunto com os Açores, pelo que achava que tinham ali um tema suficiente para juntar e avançar, novamente, com diferentes setores. -----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, respondeu que qualquer coisa que se pudesse conseguir em favor da economia da ilha, tinham que estar na linha da frente e ajudar no que tivesse que ser feito. Acrescentou que tinha percebido que desde que o contacto fosse feito para aquele nível, e estavam a falar de uma vice-presidência felizmente, poderiam fazer aquilo, mas havia um trabalho base que tinham

h

que fazer, ou seja, não era só daquele lado, mas também terem números efetivos, porque nas reduções de preços de carga tinham que ver como geriam. Disse que uma coisa era terem, eventualmente, um regime especial na componente exportadora e outra coisa era terem algo transversal que beneficiasse aqueles que exportam para a Terceira e que muitas das vezes até se colocam em situação favorável, relativamente a empresas locais. Concluiu dizendo que tinham que ver aquilo de todos os ângulos, quando se sentassem à mesa com aquela gente.-----

O Conselheiro Sieuve de Meneses usou da palavra e disse que, em primeiro lugar, gostaria de dizer que a opinião que tinha e que partilhava em relação à Mesa do Conselho de Ilha era a de que, naquelas reuniões, era preferível ser a Mesa, porque permitia uma proximidade maior no tratamento dos assuntos, o que não queria dizer que a Mesa, em função de alguns aspetos, não levasse um ou outro elemento, mesmo que não fosse do Conselho de Ilha, de forma a estarem melhor assessorados. Acrescentou que assim, e na sua opinião, ganhavam, ou seja, ganhavam em ser um grupo reduzido e não ser o Conselho de Ilha todo numa reunião daquele género. Outro aspeto que disse que gostava de partilhar era o facto de numa das várias reuniões que tinha estado com a D. Alda, que tinha tido a ver com os transportes, ela estar irritadíssima porque tinha sido publicado o concurso para as empresas concorrerem ao transporte de cargas aéreas, ou seja, se ela estava irritadíssima por alguma razão devia ser, e não deveria ser porque a carga lhes estava a dar prejuízo. Disse que era importante que percebessem que havia ali qualquer coisa, que provavelmente aquele documento não tinha agradado muito algumas companhias, mas achava que podia ser revisto e repensado. Relativamente aos cancelamentos, disse pensar que quando esses existiam as pessoas eram indemnizadas, que havia qualquer coisa que obrigava a que houvesse essas indemnizações, mas não sabia bem como isso acontecia. Sobre o voo de Boston, informou que algumas pessoas que trabalharam com esses voos tinham dito que a esmagadora maioria dos passageiros eram Americanos e não pessoas com famílias de emigrantes e que esses voos vinham cheios. Confessou não saber o porquê de terem acabado, mas se estavam a reavaliar continuar era uma boa decisão. Em relação aos encaminhamentos, disse que gostava de lembrar ali uma coisa e não era só dos encaminhamentos que queria falar, ou seja, disse que a TAP tem-se financiado nos Açores e não era pouco, porque se comprava à TAP um bilhete de passagem por

seiscentos euros para ir a Lisboa e ia fazer o reembolso desse dinheiro, davam-lhe o diferencial, mas a TAP não devolvia dinheiro nenhum à região, ou seja, estavam-se a financiar e bem com aquela situação, à custa do dinheiro público do governo regional e dos açorianos. Acrescentou que achava que era importante o processo de encaminhamento ser igual para as duas companhias. Disse que havia um assunto que gostava de abordar no Conselho de Ilha e questionou a Mesa se o fazia naquele momento ou em separado. Informou que tinha que ver com a postura que o Faial tinha tido recentemente, não por uma questão de confrontos de Conselhos de Ilha, mas por achar que se devia falar sobre o mesmo no Conselho e a outra questão tinha que ver com a Câmara do Comércio de Ponta Delgada, mas que se não quisessem que falasse naquele momento, iria fazê-lo a seguir. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, interveio e disse que a operação Boston que o Conselheiro Fernando estava-se a referir não tinha nada a ver com aquele assunto, que o que ia acontecer era que a TAP já havia começado os voos para as rotas dos Estados Unidos e ali iam perceber qual era o ajustamento que se ia assistir. Concluiu dizendo que também tinham colocado a questão relativamente ao voo que a TAP ia fazer, ou seja, de haver a possibilidade de, pelo menos, num semanal poder haver o toque na Terceira, sendo que eles haviam tomado nota, mas ainda não tinham desfecho sobre a matéria. -----

6. DEBATE SOBRE AS AÇÕES ACORDADAS NA CIMEIRA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA E O GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, fez uma explanação do ponto. -----

O Conselheiro Álamo Meneses acrescentou que, apenas para complementar, os vizinhos de São Miguel estavam a protestar o dinheiro que o estado ia pagar para os *low-cost* virem para a Terceira, o que aparentemente mostrava que eles sabiam alguma coisa a mais do que o Deputado Luís. -----

O Deputado Luís Rendeiro interveio e disse que quanto àquilo que tinha sido a visita do Primeiro-Ministro à região e o conjunto de compromissos que por ele tinham sido assumidos, as boas notícias eram sempre boas notícias e se tudo aquilo que foi anunciado e comprometido se efetivasse, era tudo aquilo que a Terceira, na parte que lhes dizia respeito, queria ouvir e queria que se concretizasse, pelo que os votos e os

h

anseios era que essas intenções, que já tinha sido várias vezes repetidas, nomeadamente no que dizia respeito a todas as questões contantes do PREIT, se concretizassem. Informou que lhe preocupava o facto de aqueles anúncios terem sido feitos muito pouco tempo depois de um orçamento de estado ter sido aprovado e que contemplava zero cêntimos para qualquer uma daquelas medidas, ou seja, no orçamento de estado que se aprovou tinha zero e anunciava-se, sem data, possivelmente para dois mil e dezassete, possivelmente para depois das eleições regionais, possivelmente para o próximo orçamento de estado que nem sabiam se ia ser aprovado, nem se a maioria que suportava o governo ainda ia existir, pelo que oxalá não tivessem, dali a uns tempos, algum anúncio de que afinal já não era daquela forma, que aquele orçamento não ia ter as mesmas condições para ser aprovado, que se calhar iam para eleições antecipadas e tudo aquilo que tinha sido prometido na Terceira, antes das eleições regionais, já não podia ser cumprido. De seguida disse que também estava no lado de quem anunciou o *low-cost* e elas não tinham vindo, que havia um novo anúncio de *low-cost* e de um outro conjunto de coisas que já estavam prometidas e que já constavam de documentos da região e da república há muito tempo, mas havia-se anunciado uma vontade e não uma data e aqueles anúncios que estavam feitos não estavam materializados em um único cêntimo em lado nenhum. Concluiu dizendo que voltava ao início, que o que tinha sido anunciado era bom para a Terceira e todos gostavam das boas notícias, pelo que iam fazer votos para que as coisas se concretizassem e se não se concretizassem, esperava que todos os que estavam ali presentes pudessem ser igualmente exigentes, como foram exigentes em outras alturas, porque a Terceira continuava a precisar dessa exigência. -----
(O Conselheiro não se identificou) interveio e disse que também tinha tido a oportunidade de estar reunido com o Sr. Primeiro-Ministro e que uma das questões levantadas tinha sido a dos transportes, sendo que já estava a decorrer a greve dos trabalhadores do porto de Lisboa. Acrescentou que a Terceira já estava a sofrer e continuava a sofrer a falta, essencialmente, de contentores de frio para fazer a exportação de carcaças e também, às vezes, de contentores convencionais para fazer a exportação de gado vivo para o continente português e também para a Madeira, que fazia transbordo no porto de Lisboa. Informou que, entretanto, depois de algumas declarações públicas da Federação Agrícola dos Açores, as coisas estavam-se a resolver

h.

e até já estava a aparecer contentores de frio a mais, mas que era pena que se tivesse que ir para a comunicação social e criar pressão para que as coisas, às vezes, se desenvolvessem. Informou que, naquele momento, se estava a regularizar a situação, que a Associação Agrícola estava quase a servir de intermediário e a falar com os operadores da carne, se precisasse de mais um contentor já previa, de forma a assegurar todos os abates que estavam previstos, ou pelo menos os que havia previsão para se fazer, pelo que pensava que tinham que agarrar aquela oportunidade e as promessas feitas, para tentar resolver a questão dos transportes de uma vez por todas. Referiu que não se podia estar a fazer abates ou a planear carga apenas quando o barco já vinha a caminho e os transitários comunicavam o número de condutores disponíveis, ou seja, tinham que ter, pelo menos, uma garantia com quinze dias de antecedência. Disse que era um ponto que não podiam descorar e achava que o PREIT também tocava no assunto dos transportes, pelo que tinham que aproveitar a situação que se havia agravado com a greve, de forma a resolver os problemas dos transportes marítimos.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, usou da palavra e disse que, relativamente ao ponto em causa, não era bem certo que não havia nada que não tivesse datas, que na questão dos *low-cost* estava bem referido o início e, obviamente, também naquela matéria estavam todos de acordo. Referiu que, de qualquer forma, era indiscutível que daquele memorando havia uma série de matérias, algumas das quais pensava já estarem bem encaminhadas, nomeadamente a relação entre o Serviço Nacional de Saúde e o Serviço Regional de Saúde. Acrescentou que aquela matéria era uma questão estruturante para os Açores, que não era meramente uma questão deles, de um tratamento equitativo relativamente aos cidadãos de outros e era impensável as faturas continuarem a cair em cima da Região relativamente aos doentes que iam para o continente. Mencionou que havia ali algo que também lhe parecia bastante relevante, ou seja, a isenção de cinquenta por cento das contribuições para a Segurança Social, que sabia que estava por nove meses, pelo que depois era preciso ver o que vinha a seguir. De seguida dirigiu-se ao Deputado Luís Rendeiro e disse que relativamente ao facto de não haver inscrições no Orçamento de Estado nunca lhe tinha parecido ser um problema significativo, as compensações vinham pelo orçamento do Instituto de Turismo de Portugal, não estava no Orçamento

de Estado, ou seja, as compensações relativamente às operações de *low-cost* não vinham, tal e qual como na Região iam pelo orçamento da ATA, não estava no orçamento do governo. Disse que o reaproveitamento da Base das Lajes para desenvolver no âmbito científico, de cooperação, em particular da Universidade dos Açores e com norte americanos numa plataforma científica, que não era obrigatório que constasse. Disse que uma questão que o Deputado devia saber bem era que estava na Assembleia Legislativa Regional a votar orçamentos anuais e no caso das câmaras eram orçamentos plurianuais, em que podiam pôr o início de uma determinada ação e projetá-la em anos seguintes. Acrescentou que o Governo da República, tal como o Governo Regional aprovavam orçamentos anuais e não orçamentos plurianuais, como era o caso das autarquias, por isso era mais difícil de ver, mas, de qualquer forma, pensava que tinham ali um documento que lhes permitia, e bem, medir e avaliar. Disse pensar que ninguém estava ali, nem poderia estar, a colocar questões para defender o Governo da República, fosse ele qual fosse, em prejuízo da sua terra. Mencionou que, de qualquer forma, aquele documento era uma declaração conjunto de compromissos e estava ali, de forma clara e inequívoca, para medirem o que era feito e o que não era feito e daquilo que não fosse feito, estariam todos juntos para defender os interesses da Terceira. Concluiu repetindo que não lhe parecia relevante o facto da maior parte das coisas não aparecerem no Orçamento de Estado, que isso não significava que estas não fossem feitas, porque a maior parte delas nunca teriam expressão, nem em termos de volume nem em termos de rubrica, como por exemplo os *low-cost*, que saía do orçamento do Instituto do Turismo de Portugal, que não constava diretamente do Orçamento Geral de Estado, muito menos numa rubrica chamada PREIT, porque isso era outra questão.-----

O Deputado Luís Rendeiro interveio e disse que o Plano de Revitalização Estratégico da Ilha Terceira tinha sido elaborado pelo Governo Regional dos Açores, com o contributo de um conjunto de entidades nas quais se incluíam as Câmaras Municipais, pelo que o Presidente da Câmara Municipal, Roberto Monteiro e Presidente do Conselho de Ilha da Terceira, sabia muito bem que a grande parte e a maior fatia de financiamento desse Plano era exterior à Região e era estimado num valor que se aproximava dos duzentos milhões de euros. Acrescentou que, duzentos milhões de euros era uma verba muito significativa e não haver nada constante do Orçamento do

Estado que sequer se aproximasse de algum valor que conseguissem palpar num orçamento relativo à Terceira, na sua opinião, era preocupante e sabia que, independentemente dos discursos políticos que cada um fazia, que também era preocupante para o presidente do Conselho de Ilha e para o presidente da Câmara da Praia mais especificamente, porque tinha um impacto ainda maior no concelho da Praia do que tinha no todo da Terceira. Disse que aquela questão incontornável não estava lá e estava convencido que o presidente da Câmara Municipal da Praia e o presidente do Conselho de Ilha, estava muito preocupado com o facto de uma qualquer geringonça deixar de funcionar e um conjunto de compromissos desses passarem para um outro governo. Acrescentou que todos já haviam apoiado partidos que já tinham estado no governo, que assumiram compromissos que por uma ou outra razão não se tinham cumprido e, no caso da Terceira, precisavam que aqueles compromissos, independentemente das questões ideológicas, se cumprissem, uma vez que eram questões práticas e que lhes afetavam a todos. Referiu que convinha que as cartas de intenções fossem consubstanciadas com verbas e com outros documentos palpáveis. Disse que toda a intervenção do presidente do Conselho de Ilha só corroborava aquilo que havia dito, ou seja, que não estava em lado nenhum, que seria muito melhor que este pegasse num papel e dissesse que estava ali, mas o facto era que não estava e, portanto, era essa a parte que tinham que se preocupar, porque os tais duzentos milhões de euros, o grosso deles, era para ser financiado, ou pela República ou pelos Estados Unidos e essa era a realidade atual. Acrescentou que os reforços dos fundos comunitários tinham permitido, por exemplo, que a ilha Terceira financiasse a sua Central de Valorização Energética e melhorasse o projeto de construir coisas que não estavam previstas numa fase inicial, mas os fundos comunitários e os respetivos reforços não impediam a Região e as autarquias de terem uma pequena parte de dez, cinco, quinze por cento, ou seja, a sua parte dos projetos e, portanto, melhorava, permitia fazer mais coisas, mas também não lhes responsabilizava. Disse que tinham que ver uma coisa, ou seja, não iam fazer de contas que não existiam dois atores muito complicados para o Plano de Revitalização da Ilha Terceira, que era o Bloco de Esquerda e a postura deles relativamente à presença militar Americana, aos acordos internacionais que Portugal tinha no seio da NATO, à relação de Portugal com a Europa que iam condicionar tudo. Disse que a posição do PSD na Região, que era

h

aquela que representava, que era de figas, de dedos cruzados, eram boas notícias, queriam que as boas notícias se concretizassem, daí que a sua intervenção inicial tivesse sido aquela que foi. Concluiu dizendo que as notícias tinham sido aquelas que todos queriam, mas todos já haviam batido palmas a uma serie de coisas que não se haviam concretizado e não era por haver mais um conjunto de boas notícias que iam dizer que era desta vez, tinham que esperar para ver, porque não estava escrito em lado nenhum.-----

O **Conselheiro Álamo Meneses** interveio e confessou que não ia dizer nada porque achava que estava tudo dito, mas bem vistas as coisas ainda não estava, pelo que, muito brevemente, ia dizer duas coisas. Disse que, por um lado, partilhava algumas das preocupações que o Deputado Luís Rendeiro havia apresentado, partilhava do ponto de vista da exequibilidade e da execução das coisas. Informou que também tinha participado das reuniões e que, obviamente, a sua participação tinha tido haver essencialmente com alguns assuntos que eram mais específicos do Concelho de Angra e com questões que diretamente melhor conhecia, que as garantias tinham ficado completamente dadas, pelo que tinha a certeza que as coisas iam acontecer e a devido tempo ali estariam para as mostrar. Em relação a algumas das questões, por exemplo a questão das *low-cost*, disse que também naquela altura já era claro o que tinha acontecido, o financiamento que tinha sido feito e os contratos que foram assinados, pelo que aquela matéria também estava em andamento e não havia duvida nenhuma em relação ao mesmo. Quanto ao que ia acontecer no futuro, se aquilo era apenas uma operação tipo foguete que subia e descia o futuro o diria, mas naquela altura as coisas não podiam ser melhores e não valia a pena estarem sempre a anunciar a catástrofe. Acrescentou que achava que a posição que deveria haver, e era bom que fosse uma posição consensual do Conselho e consensual das forças políticas da ilha, era que as coisas corressem excecionalmente bem, pois não fazia sentido antes do jogo começar anunciar a derrota. Quanto à questão do posicionamento dos partidos políticos, disse que era importante que se mantivesse alguma união em torno daquela matéria. Acrescentou que não era representante do Partido Comunista e muito menos do Bloco Esquerdo, pelo que não tinha que se pronunciar sobre a matéria mas também a verdade era que o problema não estava só ali, estava na necessidade que tinham de criar consenso em torno das matérias e de agirem em todos os lugares em

que estavam de acordo com aquela lógica. Disse que, obviamente, ninguém era obrigado a defender aquele acordo ou outro acordo qualquer, tinham direito à dúvida, que esta era saudável, o que não podiam era transformar a dúvida na negação das coisas e, por essa via, causarem uma perturbação desnecessária no desenvolvimento de um processo. Concluiu dizendo crer que era favorável a todos os atores económicos e sociais da ilha, independentemente do seu posicionamento político, de maneira que ficava ali a sua proposta para que todos se unissem em torno da matéria, independentemente das dúvidas e, depois, quando o tempo passasse fizessem os respetivos julgamentos.-----

O Conselheiro Sieuve de Meneses usou da palavra e disse que tinham assistido, as pessoas que ouviram as notícias dos últimos dois dias, a situações que não eram aceitáveis, pronunciadas não só pelo Presidente da Câmara de Comércio de Ponta Delgada, como também pelo Presidente da Câmara de Comércio do Faial. Informou que o que queria, e não querendo pôr Conselhos de Ilha em discussão, era lembrar que a solidariedade tida pela ilha Terceira, aquando das remessas financeiras dos americanos, tinha sido de tal ordem que as verbas eram introduzidas no Orçamento Regional e beneficiavam todas as ilhas, pelo que em relação a situações de solidariedade achava que estavam falados. Em relação a eles pensarem que a Terceira tinha benefícios com os voos *low-cost* ou com os voos *charters* apoiados pelo Governo, disse que ainda não tinha ouvido a Câmara de Comércio do Faial levantar nenhum problema desde que São Miguel passou a ter um tratamento diferenciado e que tinha estafado uma série de milhões de euros em financiamento de voos que não tinham servido para nada, com meia dúzia de turistas, pelo que se isso não os tinha preocupado, não percebia como é que a ilha Terceira, só com um voo, causava uma preocupação tão profunda. Acrescentou que pensava que estas eram duas realidades que tinham que ser postas na Mesa, para as pessoas perceberem que não eram tolos e que ainda se recordavam de um passado muito recente. Em relação do senhor presidente da Câmara de Comércio de Ponta Delgada, que era o useiro e o vozeiro de situações daquelas, disse querer lembrar que ele tinha referido, nalgumas reuniões diante de si, que era contra as *scuts* depois de elas estarem feitas, bem como que era contra as Portas do Mar e que não era rentável, depois de estarem feitas, ou seja, nunca referiu nada daquilo a tempo e horas para que não fosse realizado. Acrescentou

h

que não percebia porque é que ele estava a referir que se havia criado uma diferenciação na ilha Terceira, quando se tinha criado uma na ilha Terceira e sete ou dez na ilha de São Miguel, que não percebia o porquê de ir à comunicação social dizer isso e que, por esse motivo, as outras ilhas tinham o direito de abrir a boca, quando ninguém tinha aberto a boca aquando de São Miguel. Disse não saber a opinião do Conselho de Ilha, mas que aconselhava todos a verem aqueles dois noticiários, pois eram interessantes. Referiu, ainda, que não era a primeira vez que o Faial levantava problemas relativamente a algumas situações que tinham acontecido. Concluiu dizendo que continuava a afirmar o que muita vez já havia afirmado publicamente, ou seja, falar do Faial equivalia a falar dos franceses durante a Segunda Guerra. -----

O Conselheiro Álamo Meneses interveio e disse que não lhe parecia que fosse boa política envolver o Conselho de Ilha da Ilha Terceira em debates inter-ilhas e muito menos em debates que eram, nalguns casos, debates autocontidos e absolutamente espúrios, porque uma boa parte daquelas conversas eram conversas que nem deviam ter existido e fazê-las prolongar era dar-lhes um valor que elas nunca deveriam ter tido. Acrescentou que havia, contudo, um conjunto de ensinamentos e de questões que deveriam ser tiradas e achava que deveriam passar por uma generalização maior, ou seja, absterem-se das questões concretas. Disse que havia duas questões, naquele Conselho, que precisavam de ter sempre presentes e que tinham que ver com o posicionamento estratégico da ilha Terceira, no contexto do arquipélago e, depois, no contexto global. Informou que a primeira era que estavam numa situação de charneira, não eram São Miguel, mas também não era o Faial, pelo que o resultado de tudo aquilo era que quando acontecia alguma coisa na Terceira, tinham sempre os dois lados, de alguma maneira, a olhar para a mesma e em particular a questão do triângulo, das ilhas do triângulo, era uma questão extremamente importante para a Terceira, muito mais importante do que as questões que diziam respeito ao grupo oriental. Disse que na Terceira nunca iam poder ter um crescimento do turismo e da economia de forma isolada porque tinham cinquenta e cinco mil pessoal e em vez de crescer estava a diminuir, pelo que, se não conseguissem criar pontes sólidas com as ilhas do grupo central, nunca criariam um mercado que fosse suficientemente apetecível, quer para as *low-cost* sem apoios, quer para as questões do transporte marítimo de cargas, quer por um conjunto de outras matérias que diziam respeito à

centralidade da cidade de Angra e da ilha Terceira em particular. Acrescentou que aquelas questões exigiam que se fizesse um sério esforço na melhoria da relação com os vizinhos. De seguida informou os conselheiros da reunião que tinha promovido, juntamente com o conselheiro Roberto Monteiro, na ilha do Pico com os presidentes de Câmara daquelas ilhas, de forma a tentarem estabelecer pontes, sendo que tinha sido possível estabelecer um conjunto de entendimentos que achava que tinham sido extremamente positivos e que tinham tido resultados, em alguns casos, em algumas coisas que depois se tinham vindo a desenvolver. Disse que era preciso não esquecer, naquele relacionamento, uma coisa, ou seja, que o Pico, o Faial e, em menor grau, São Jorge tinham conseguido se afirmar como um destino turístico autónomo, fazendo com que a Terceira e, em particular, a Graciosa ficassem um bocadinho esquecidas naquele processo. Acrescentou que, por uma questão de solidariedade, deviam fortalecerem as ligações à Graciosa e estabelecerem ligações, tão fortes quanto possíveis, com o Faial, Pico e São Jorge, sabendo à partida que havia quem pensasse que a Terceira era o inimigo, que a competição era com a Terceira e não propriamente com São Miguel porque consideravam que havia duas ligas e a Terceira acabava por ser o líder da segunda liga onde eles se incluíam e isso tinha problemas complicados no relacionamento e aquelas proclamações e outras que tinham acontecido quando se havia falado numa plataforma logística na Praia da Vitória, eram um pouco a manifestação disso e era importante se aproximarem deles e não criarem uma situação de inimizade, mas sim uma situação de negociação onde se acomodassem também os interesses, que também eram legítimos daquelas ilhas, tendo em conta que tinham que olhar para eles como uma potencia emergente. Referiu que o assunto que o conselheiro Sieuve tinha trazido era um assunto com grande importância, mas que, do seu ponto de vista, não devia ser abordado na vertente da luta, mas sim na vertente da negociação o que aconselhava a que houvesse uma aproximação, do Conselho de Ilha da Terceira e em particular das duas câmaras da ilha, com os conselhos de ilha vizinhos e com as câmaras vizinhas no sentido de criarem uma coligação e não uma briga. Quanto às questões que diziam respeito ao Porto de Ponta Delgada em particular, disse que não valia a pena continuarem a criar um debate que já tinha dado o que tinha a dar, que o que tinham era que resolver o seu assunto, o que passava pela criação da plataforma logística na Praia da Vitória, pois caso contrário

h

iam-se deparar com um facto consumado, ou seja, haver apenas uma plataforma logística nos Açores. Referiu que naquela altura era vital a luta pelo desenvolvimento do Porto da Praia, que deveria também ser uma questão das ilhas vizinhas, uma vez que esta era tão importante para a Terceira como para as outras ilhas, embora ainda não tivessem dado por isso, pelo que cabia à Terceira mostrar que assim era e tentar criar uma coligação em torno daquela matéria. Concluiu dizendo que a outra questão era, também, uma questão interna e que tinha que ver, um pouco, com o já referido sobre as Portas do Mar, ou seja, quando as Portas do Mar tinham começado a ser feitas tinha havido quem dissesse que não interessava, mas que atualmente com os navios de cruzeiro já interessavam, o mesmo acontecia com o Porto das Pipas em que o Diário Insular havia publicado um artigo a dizer que não interessava, pelo que era preciso estarem sempre de olho nisso, uma vez que era sempre muito interessante ver que quem estava preso a soluções antigas não era capaz, nunca, de olhar para o futuro, e tinham que ser capazes de dizer que não era daquela forma, que a experiência dos outros mostrava a importância que tinha, quer as *scuts*, quer as Portas do Mar que mudaram profundamente a economia de São Miguel.-----

O Conselheiro Ricardo Barros usou da palavra para referir que estava perfeitamente de acordo com as questões essenciais levantadas pelo Conselheiro Álamo e em particular com o trabalho que as duas Câmaras deviam fazer junto das Câmaras congéneres do grupo central, mas também, e como havia sido referido e bem, relativamente à contenção, naquela matéria, que o Conselho de Ilha devia ter relativamente às posições transmitidas para o exterior. No entanto, disse que não podia deixar de lamentar o facto de, naquela reunião, o único dos dez deputados eleitos pela ilha fosse o deputado Luís Rendeiro, não que ele não tivesse valor, mas que por muito que valesse, não valia por dez, o que era pena, porque o trabalho que havia sido afluído, relativamente ao desplane de quem falava no triângulo que continuava a dizer, era um embuste e que todos os contribuintes estavam a pagar para ligações regulares de barco, entre o Pico e São Jorge, que eram uma farsa, pelo que quem não conhecia a pouca mercadoria e as poucas pessoas que utilizavam aquela ligação é que podiam falar à boca cheia das ilhas do triângulo, podia ser defendido no fórum próprio e também podiam combater algumas atitudes do próprio Governo Regional que alimentava aquela situação, porque as ligações de barco eram feitas

porque o governo as financiava e não havia qualquer razão para que aquelas ligações fossem feitas com a regularidade que estavam a ser feitas, enquanto era importantíssimo haver ligações regulares entre todas as ilhas do grupo central.-----

O Deputado Luís Rendeiro iniciou a sua intervenção dizendo que ia interpretar aquilo que havia dito o Conselheiro Ricardo Barros como um elogio à sua pessoa e não o lamentar que fosse ele. De seguida disse achar que tinham um conjunto de questões importantes para discutir e lamentava, o Conselheiro Álamo Meneses tinha-se ausentado, que ele tivesse falado no Porto das Pipas, mas não tivesse falado no facto de não terem um cais de cruzeiros na ilha Terceira, não querendo dizer que fosse no Porto das Pipas, mas sim na Ilha, porque tinham um conjunto de infraestruturas, nomeadamente na baía da Praia da Vitória, que tinham que ser potenciadas, exploradas, assumidas, dinamizadas e, na altura, eram sessenta e cinco milhões de euros com noventa por cento de participação comunitária e tinha havido muito boa gente que tinha aceitado que não se fizesse um cais de cruzeiros na ilha Terceira, pelo que, desde logo, o podiam acusar de tudo, menos de apoiar o Governo Regional. Depois, disse que, e começando do fim, as ligações marítimas de São Jorge para o Pico e diretas de São Jorge para o Faial já tinham tido um efeito direto nos cuidados de saúde, ou seja, os doentes da ilha de São Jorge que se deslocavam à Ilha Terceira, para tratar dos seus problemas de saúde e que por força do seu infortúnio também contribuíam para a economia local, estavam a dirigir-se de barco para o hospital da Horta. Acrescentou que com o fim da livre referenciação dos cuidados de saúde na Região, já não havia a obrigatoriedade dos doentes de São Jorge e da Graciosa irem para a Terceira, os das Flores, Corvo e Pico irem para o Faial e os de Santa Maria irem para São Miguel, o doente escolhia o hospital onde se queria tratar. Disse que não tinha sido criado o hospital central dos Açores, mas a livre referenciação tinha feito com que as pessoas escolhessem onde se queriam tratar e, naquele momento, tinham na Graciosa e em outras ilhas, por força dos reencaminhamentos, dos *low-cost* e de outras questões, a exigência de voos diretos para Ponta Delgada que não estavam na Terceira, os doentes de São Jorge já apanhavam o barco para a Horta e não para a Terceira, pelo que havia um conjunto de questões que tinham que ver com políticas da Região que os continuava a prejudicar. Relativamente às questões das Câmaras de Comércio, disse que, de facto, era uma questão psicológica que não conseguia

h

compreender, ou seja, as ilhas que protestavam contra a Terceira, se a carga tocasse no porto da Praia, não protestavam se a mesma carga tocasse no porto de Ponta Delgada, o que não fazia sentido nenhum e ninguém se indignava quando São Miguel já se preparava, e haviam de prestar atenção aos programas eleitorais dos partidos todos, se ia ou não aparecer alguma verba muito significativa para remodelar o Porto de Ponta Delgada, quando sabiam que sessenta por cento da carga dos Açores era para ali, mas a outra não o era, pelo que se se aliviasse a que não era para ali, daquele porto, se calhar aquele porto não precisava de um investimento tão grande porque outras infraestruturas, que já estavam feitas e construídas noutros sítios da Região, davam resposta. Quanto à brandura da Terceira nalgumas coisas, disse que aquela tem sido a prática e que também já a tinha defendido, que se rosnassem de vez em quando e dissessem algumas coisas politicamente incorretas, estavam a fazer o mesmo que os outros que não pestanejavam quando era altura de lhes atirar coisas que os tinha magoado a sério. Acrescentou que, se calhar, ia ter que haver um dia que não fosse a regra, mas a exceção perfeitamente dirigida e no momento certo em que o Conselho de Ilha, as Câmaras de Comércio, as Autarquias, as forças vivas, também tivessem que rosnar e, se calhar, pôr o professor Mário Fortuna e o outro Sr. do Faial no sítio devido. Quanto a outras questões referentes a operações aéreas, mencionou que lhe preocupava muito o fim da operação aérea *charter* com os Estados Unidos, feita com a SATA, porque era uma operação aérea boa, era aquela que trazia turistas e dinheiro, uma operação aérea menos boa era a com Espanha, que trazia um tipo de turista que, se calhar, não era bem aquele que se queria e que não estavam a deixar na economia da ilha aquilo que se merecia e via com muita preocupação a taxa de ocupação da Air Berlím, pelo que alguma coisa não estava a ser feita na promoção turística e qualquer dia havia o cancelamento daquela operação por falta de passageiros. Relativamente aos contentores de frio, disse que não sabia se esta tinha que ver com os transitários se com os operadores marítimos. Acrescentou que, mais uma vez, lhe parecia que continuava a haver um interesse em disponibilizar condições logísticas num porto da Região, onde os operadores estavam sediados, e não haver interesse na disponibilização de meios noutros contentores. Disse que, em seguida, tinham a questão da greve no porto de Lisboa, que julgava que a todos os níveis na Região, e fora dela, se exigia, e não tinha dúvida nenhuma que havia questões dos direitos dos

trabalhadores que também tinham que ser acauteladas naqueles portos e não havia greve que durasse tanto tempo se as pessoas não tivessem razões que se lhes assistissem, mas também tinha que haver linhas vermelhas, linhas estas que eram as que afetavam uma Região que estava completamente dependente do transporte marítimo para existir, funcionar, respirar e não estavam a ser acauteladas, pelo que se havia alturas em que medidas duras se justificavam, era aquela, porque não podiam estar com o gado nas pastagens, com as carcaças por expedir, com medicamentos, materiais de construção civil, etc., precisavam importar para que a economia funcionasse e não podiam estar dependentes de uma greve de uma classe que, por muita razão tivesse, estava a condicionar a vida inteira da Região e no que dizia respeito à ilha Terceira estava a condicionar a economia muito severamente, pelo que julgava que também a esse respeito se deviam pronunciar.-----

O Conselheiro Paulo Barcelos interveio e disse que tinha estado na apresentação que a Câmara de Comércio havia feito com o operador que tinha comprado uma parte da capacidade do voo SATA, de Boston para a Terceira, onde se havia apercebido da dificuldade que tinha sido negociar com a SATA a realização do mesmo. Acrescentou que isso ia no sentido de que o voo tinha acabado, que concordava com o que o Deputado Luís Rendeiro havia dito sobre o mesmo, não percebia o motivo de ter acabado e, mais grave, não percebia o porquê de não se continuar. Concluiu dizendo que, tendo em conta as dificuldades em relação à negociação com a SATA, alguma coisa o levava a depreender que poderia ser por aí.-----

O Conselheiro Arlindo Teles usou da palavra e disse que a informação que a Câmara de Comércio tinha era a de que tinha havido uma interrupção na operação de Boston, essencialmente, porque alguns *players* locais faziam também alguma força para que houvesse a retoma da operação no inverno, mas no verão não lhes interessava, porque eles estavam a negociar pacotes de alojamento a preços muito baixos, ou seja, naquela fase do ano em que o alojamento até atingia percentagens boas, mas que se conseguia praticar preços já normais, não queriam estar a receber preços como os de inverno, por noite, o que era normal. Repetiu que a informação que tinham era de que havia abertura da SATA para retomar a operação no inverno, pelo que a interrupção também tinha que ver com os próprios *players* que estavam no mercado, mas para retomar no inverno.-----

h

O Conselheiro (não se identificou) interveio e disse que o projeto estava concluído, mas se estava a dispor das camas que lá estavam era uma questão que já não conseguia responder.-----

O Conselheiro Arlindo Teles interveio e disse que a interrupção não havia surgido do nada naquele momento, que a operação sempre tinha estado prevista para vigorar até final de abril e os bons resultados permitiam prever que ia continuar, mas naquela altura com as taxas de ocupação que estavam a ter, se calhar iam ter falta de oferta de camas, pelo que era normal que os hoteleiros tivessem aquele cuidado. -----

O Conselheiro (não se identificou) usou da palavra e disse que tinha estado a assistir, principalmente na última parte da discussão, e tinham estado a falar de negócio. Acrescentou que, obviamente, era extremamente importante mas, de certa forma, não via o que era um Plano de Desenvolvimento para a ilha, naquele sentido de turismo. Disse que estavam numa situação em que não havia aquelas camas todas, ou seja, queriam mais turistas mas se fossem, por exemplo, com atenção à Gruta de Natal, em que estavam lá estacionados cerca de vinte a trinta carros constantemente, esta começava, praticamente, a não ter interesse ou deixava de ser a Gruta de Natal que era uma coisa bonita. Disse que fazia um paralelo com as Sete Cidades, ou seja, as Setes Cidades era um sítio extraordinário que, de repente, tinha deixado de ter cerca de oito automóveis, para ter dez/doze camionetes, banalizando por completo as mesmas, pelo que achava que era aí que deviam ver, em vez de andarem à procura do negócio imediato, que sem dúvida era muito importante, mas enquadrá-lo numa estratégia de desenvolvimento que deveria ser um pouco mais profundo do que aquilo que ali tinha sido falado, porque a ilha, com a dimensão que tinha, assim o exigia. Disse que temia que fosse difícil, principalmente naquela área, que se afirmasse no próprio sítio onde estava integrada, pelo que deviam repensar aquelas coisas. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, usou da palavra e disse que o acrescentar trezentas camas à Terceira era, basicamente, o escalão mínimo para aquilo que ambicionavam em termos de turismo. -----

O Conselheiro (não se identificou) interrompeu e disse que a TAP queria arranjar ligações, mas queria fazê-las com os Açores, mas a sua pergunta tinha sido: para quais países da Europa? -----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, interrompeu e respondeu que era para onde eles indicassem.-----

O **Conselheiro Álvaro Meneses** acrescentou que era para onde houvesse clientes.-----

O **Conselheiro** (não se identificou) disse que sim, mas que aquela escolha, por si só, era extremamente importante, porque era o que ia dar o turismo de qualidade que, supostamente, era o pretendido.-----

O **Deputado Luís Rendeiro** usou da palavra e disse que ficava preocupado com aquilo que havia sido dito pelo **Presidente do Conselho de Ilha**, que a TAP iria voar para onde indicassem. Acrescentou que aquilo era uma folha salarial, por vezes, e pediu desculpas pelo termo que ia utilizar, pornográfica e serem eles, humildes terceirenses, a ter que dizer para onde eles tinham que voar, parecia-lhe que quem andava a fazer os estudos de mercado andava a dormir. Disse que já que iam contribuir havia coisas que lhe pareciam óbvias, ou seja, perceber onde tinham comunidades emigradas e qual era a origem das comunidades imigradas que estavam na ilha. Disse achar que, e voltava um pouco à questão do produto turístico próprio, eram eles que liquidavam, a Terceira não tinha menos para ver nem menos oferta que as outras ilhas dos Açores, estava era um pouco atrasada para explorar. -----

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Mesa** agradeceu, a todos, a colaboração. De seguida deu por encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo **Senhor presidente da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira**.-----

O presidente da Mesa



Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro